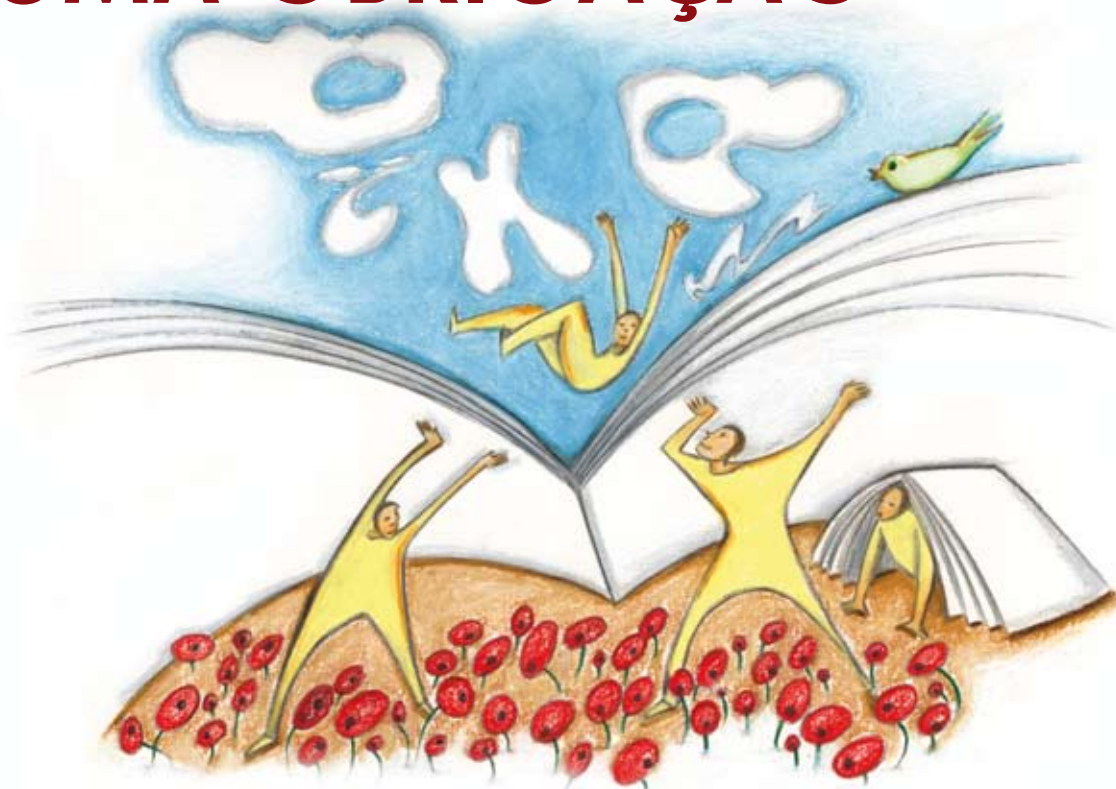




A CAUSA DA CRIANÇA É UMA OBRIGAÇÃO



PÁG. 2 ENCONTRO ANUAL DOS GAAF • **PÁG. 3** WORKSHOPS SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA • **PÁG. 4/5** PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

EDITORIAL

Todos temos de imaginar que tipo de mundo queremos para as crianças, para os jovens e para as famílias, depois temos de agir! É uma ilusão pensar que é possível fazer obra e manter a qualidade da intervenção se os financiamentos às IPSS continuarem a diminuir, enquanto as dificuldades e os pedidos de apoio continuarem a aumentar.

Atualmente as organizações sem fins lucrativos veem-se confrontadas com um cenário de abrandamento económico, quebra de emprego e aumento do desemprego, e um decréscimo

do montante e do número dos apoios públicos e do mecenato, o que é muito preocupante.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) merecem ser mais apoiadas, pois desempenham um papel de primeira água junto das populações.

A gradual e empenhada cidadania que tem levado a que cada vez mais pessoas se corresponsabilizem pela Defesa dos Direitos da Criança, principalmente quando estão em risco e em perigo, são um bom sinal dos tempos modernos.

No entanto, a violação dos Direitos da Criança, principalmente aquelas que se cruzam com a situação dos maus tratos físicos, psicológicos e emocionais, têm estado cada vez mais na ordem do dia.

Quando cada um de nós perceber que a sua ajuda, o seu contributo, a sua solidariedade à causa da Criança não é uma opção, mas sim uma obrigação, um imperativo de consciência, talvez, em conjunto, consigamos diminuir as agruras da vida por que passam muitas crianças.

MANUEL COUTINHO

EVITAR AS FUGAS INSTITUCIONAIS

Decorreu no dia 16 de fevereiro, na Casa de Formação Cristã Rainha Santa, em Coimbra, um encontro de reflexão com a presença de técnicos de oito instituições parceiras da Rede Construir Juntos, do Pólo de Coimbra.

Todos os presentes consideraram, além de outras temáticas, que as fugas institucionais são um dos problemas que mais os preocupa.

Para coordenar e articular formas de atuação, foi decidido promover uma reunião com todas as entidades

com competência nesta área, nomeadamente as forças policiais, como a Escola Segura, o tribunal, a CPCJ, a Segurança Social e as Equipas de Rua e de Violência Doméstica.

ENCONTRO ANUAL DE EQUIPAS DOS GAAF DA ZONA CENTRO

O MUNDO COMO MODO DE VIDA

No dia 20 de janeiro realizou-se, na Escola Secundária D. Duarte, em Coimbra, o encontro anual das equipas dos Gabinetes de Apoio ao Aluno e Família (GAAF) da zona centro.

O sociólogo José Machado, téc-

nico da Rede Europeia Antipobreza (EAPN) de Viseu, dinamizou uma ação de sensibilização/informação com a temática "Multiculturalismo e os seus contextos: o mundo como modo de vida", dirigida aos técnicos dos GAAF. A temática abordada foi considerada de grande interesse, tendo em conta o atual contexto social da escola.

Foi dada ênfase à necessidade de passarmos do multiculturalismo para a interculturalidade, apelando ao diálogo entre as diferentes culturas, em contexto escolar. "O maior desafio do século será a convivência sã entre culturas", concluiu José Machado

As equipas dos dez GAAF tiveram ainda a oportunidade de partilhar as práticas e atividades implementadas ao longo do ano letivo. Foi evidente a dinâmica destas equipas na procura de respostas inovadoras aos problemas com os quais se deparam nas escolas.

Este foi um momento que se revelou de especial importância pelo facto de permitir o contacto com outras perspetivas de atuação e onde foi possível refletir sobre a importância dos GAAF enquanto estratégia de integração social, um dos muitos desafios da escola atual.



BOLETIM DO IAC Nº 119
JANEIRO/MARÇO 2016

diretor

Clara Castilho

editor

Cláudia Outeiro

coordenadores

Ana Filipe, Ana Lourenço,

Dulce Rocha, Fernando Carvalho,

Manuel Coutinho, Luísa Lobão Moniz,

Paula Paço

colaboradores

Ana Lourenço, Conceição Alves, Dulce Rocha,

Manuel Coutinho

edição

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-045 Lisboa

Tel. 213617880-Fax 213617889

Endereço Internet

<http://www.iacrianca.pt>

e-mail: iac-sede@iacrianca.pt

iac-boletim@iacrianca.pt

conceção gráfica e produção

Imagínario

fotolitos e impressão

Tipografia da Associação

dos Deficientes das Forças Armadas

depósito legal

Nº 74 186/94

ISSN 1645-068X

tiragem

1500 ex.

CRESCER COM AFETOS

A Fundação Esperança Viva, Lar de Infância e Juventude, instituição parceira do Pólo de Coimbra, desafiou a equipa do IAC-Fórum Construir Juntos para dinamizar uma ação de sensibilização sobre a questão dos Afetos, no sentido de prevenir a Violência no Namoro, dirigida às jovens desta Instituição.

Tendo em conta o tema da ação, contactámos a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e foi programada a dinamização de uma sessão no dia 8 de fevereiro, com atividades direcionadas para as questões dos Direitos da Criança, dando-se destaque ao direito à privacidade, à dignidade e ao respeito por si



e pelo outro. Noutra sessão, a 16 de março, salientaram-se os direitos e deveres dos jovens numa relação de namoro saudável por oposição a atitudes e comportamentos em relações não saudáveis.

As jovens aderiram com entusiasmo a todas as atividades propostas, tendo-se revelado muito atentas, participativas e curiosas.

ESPAÇOS LÚDICOS EM PORTUGAL

O setor da Actividade Lúdica está a atualizar a informação sobre os Espaços Lúdicos em Portugal, tanto no que se refere às características de qualidade recomendadas a nível europeu e mundial, como em relação às dinâmicas de funcionamento.

Um questionário elaborado para o efeito pretende abordar o passado, o presente e o futuro dos espaços lúdicos. Espera-se que os resultados evidenciem como foi a criação

dos espaços em Portugal, nomeadamente qual a sua origem, os seus percursos, as fases significativas por que foram passando ao longo do tempo e as entidades que influenciaram a sua história. Pede-se igualmente aos participantes que reflitam sobre as atividades que correntemente promovem, a sua ligação com as necessidades do público-alvo que atendem e as perspetivas futuras de continuidade, considerando o contexto sociocultural da comunidade que servem.

Os resultados do questionário servirão para definir novas linhas de intervenção e para estabelecer critérios de prioridade na organização de novos programas do Sector, que serão partilhados em eventos nacionais e internacionais num futuro breve.

Agradecemos a todos os que já colaboraram no preenchimento do questionário. Quem ainda pretenda participar na iniciativa, pode usar o email iac-ludica@iacrianca.pt.

ANA LOURENÇO

SERVIÇO JURÍDICO

TRAINING ACTIVITIES FOR LEGAL EXPERTS

WORKSHOPS PARA PROFISSIONAIS EM DIREITOS DA CRIANÇA

O IAC é o parceiro português de um projeto europeu que pretende aprofundar o conhecimento, em cada país, de instrumentos legais da União Europeia e do Conselho da Europa, que possam incrementar e melhorar a qualidade da participação da Criança envolvida em procedimentos ou processos judiciais, e o relacionamento profissional entre os envolvidos.

Para tal objetivo, trabalhamos com um conjunto de jovens que tenham estado envolvidos em processos judiciais, os quais darão a sua opinião sobre casos similares aos deles próprios, explicando o que correu menos bem, o que podia ser melhorado, expondo as suas opiniões de modo a informar profissionais do Direito – advogados, juízes, magistrados do Ministério Público –, os quais,

em três *workshops* práticos de um dia cada, ao longo de 2016 e 2017, discutirão a pertinência das opiniões recolhidas, bem como o acolhimento nas suas práticas do ponto de vista dos jovens consultados.

Seis números de uma *newsletter* de atualização jurídica, por país, legislação recente e casos mais significativos, serão divulgados em todos os países parceiros e por vários profissionais do Direito e outras áreas, que habitualmente acompanham a Criança envolvida em processos /procedimentos judiciais.

A produção e divulgação de materiais online de qualidade irá garantir que estes conteúdos se tornem acessíveis para um número elevado de beneficiários indiretos.

Essencial neste projeto é proporcionar e impulsionar a correta im-

plementação das Diretrizes do Conselho da Europa sobre justiça adaptada a crianças (CoECFJ Guidelines-Principles), a nível nacional.

O coordenador do projeto é o Save the Children Itália e os parceiros são: Escuela Superiore dell'Avvocatura (Itália), Save the Children-Roménia, Defence for Children International (Bélgica), Instituto de Apoio à Criança (Portugal), Universidade de Liverpool (Reino Unido) e La Merced Migraciones (Espanha).

No IAC este projeto é coordenado pelo setor jurídico e conta com a participação do CEDI e do Projeto Rua.

Este projeto é financiado pela Programme Rights, Equality and Citizenship (REC) da Comissão Europeia, Action Grant JUST/2014/RCHI/AG/PROF/7052.

Apoio



Instituições do projeto T.A.L.E.



PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE À

Nos últimos anos, continuamos a ser confrontados com situações de extrema violência em que as crianças são as principais vítimas. Ciclicamente, notícias devastadoras surgem e parece que nessa altura há uma maior consciencialização da vulnerabilidade das crianças. É urgente um plano nacional para a prevenção e o combate à violência sobre a Criança.

Em abril do ano passado, na sequência de uma série de situações que nos horrorizaram em que crianças foram vítimas de homicídio, um conjunto de cidadãos decidiu agir procurando fazer uma pesquisa que conduzisse à elaboração de um relatório que constituísse o ponto de partida para uma proposta estratégica.

Planeou-se um extenso inquérito de vitimação por forma a apercebermo-nos da nossa realidade, com dados traduzidos em números. Foi nesse contexto que foi criado o Observatório da Criança 100 Violência, presidido por Rui Pereira, que distinguiu o IAC com o honroso convite para integrar os fundadores do Observatório.

Já este ano, soubemos da tragédia das crianças mortas pela mãe que as afogou no mar de Caxias, das três irmãs adotadas por um predador, da menina entregue ao pai suspeito de abuso sexual.

Temos uma Constituição que proclama a dignidade da pessoa humana como valor primeiro em que se funda a República, legislação penal

que defende os direitos fundamentais e um sistema de proteção fundado na perspetiva da criança como sujeito de direitos, e mesmo assim não estamos a ser capazes de defendê-las.

Daí que seja legítimo perguntar o que falta para que deixemos de ser interpelados desta forma tão chocante com notícias de tamanhas crueldades cometidas contra as crianças, e que nos transmitem uma enorme sensação de impotência, associada a uma revolta imensa.

Costumo dizer que ninguém tem a verdade fechada na mão, mas podemos fazer um esforço de reflexão, sobretudo se ela for ancorada em pensamento e debate e em estudo que não despreze a prática.

Os casos que recordo são muito diversos, mas alguns tiveram em comum não apenas o facto de ter havido notícia de comportamentos que conduziram à morte das crianças, mas também o facto de ter existido "sinalização" que consiste em ter havido uma participação à respetiva Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) acerca de um eventual risco detetado, o que nos deixa sempre um desconforto acrescido, visto que, no fundo, o que esperamos é que a CPCJ consiga afastar o perigo, especialmente o mais intenso ou o que é eminente.

Sabemos que haverá sempre situações que não somos capazes de prever, porque a criminalidade é dos fenómenos mais complexos, e porque as mentes criminosas trabalham para praticar o crime e para o ocultar.

E temos de reconhecer que houve progressos, quer no que respeita à chamada "sinalização", porquanto cada vez mais a comunidade sente como sua a responsabilidade de contribuir para o bem-estar das suas crianças e cada vez conhece melhor as entidades a quem deve recorrer, quer no que respeita ao trabalho incansável das CPCJ, cujos profissionais cada vez estão mais competentes.

No entanto, ficamos, por vezes, com uma sensação de frustração, vis-

to que, após o cumprimento do dever cívico de participação às entidades competentes, não se consegue ainda identificar situações mais graves que aconselhariam medidas urgentes.

É por isso que, face à vulnerabilidade das crianças, creio dever insistir na necessidade de investir na prevenção, através da informação, mas sobretudo através da formação, que continua a ser uma aposta indispensável para que o diagnóstico seja cada vez mais preciso e rigoroso. Formação que deverá ser dirigida à substância, com partilha de informação e estudo de casos, pois que nos mais graves é imprescindível uma preparação que habilite os técnicos a perceber e a prever o perigo, por forma a afastá-lo em tempo útil.

Claro que nos casos mais difíceis, temos de ter a humildade de reconhecer que precisamos do parecer de técnicos ou até de peritos que dominem outras áreas do saber, diferentes das nossas, com especial menção para a área da saúde mental.

Não obstante, ainda que já tenhamos interiorizado a importância da interdisciplinaridade, tão relevante nestas situações mais complicadas, ainda temos dificuldade na cooperação, sendo certo que da articulação entre as instituições que se dedicam a estas matérias podem resultar respostas mais adequadas.

Mostra-se também necessário cultivar o espírito crítico, pois pode ser trágico para o desenvolvimento equilibrado de uma criança ser vítima de teses cujo valor científico é nulo, como a da chamada "síndrome da alienação parental" e que se tem propagado nos últimos tempos, como se fosse indiscutível.

A nossa lei consagra atualmente o direito da criança às suas relações psicológicas profundas, que se funda no princípio da pessoa primária de referência, e não podemos ignorá-lo em nome de uma tese sem credibilidade científica, apresentando-a como se nem sequer fosse alvo de acesa controvérsia.



A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

Por fim, creio que a vida vem demonstrando que não basta ouvir a criança. Temos de credibilizar o seu depoimento. Claro que há casos em que pode ser manipulada, mas temos de ser capazes de distinguir.

Se uma criança denuncia ter sofrido abusos sexuais, esse será sempre um testemunho merecedor do maior cuidado, que requer uma atenção redobrada.

A dimensão do fenómeno do abuso sexual de crianças é tal que neste caso a segurança da criança terá de ser o nosso objectivo primordial.

Todos ficamos impressionados quando vemos documentários que correspondem aos inquéritos de vitimação, em que adultos relatam os abusos de que foram vítimas enquanto crianças. Todos ficamos impressionados com os números, designadamente quando são revelados os milhões de sites de pornografia infantil que não param de crescer, mas continuamos a constatar que persiste a dificuldade em acreditar nas crianças. Ontem como hoje, continuam a ser vítimas também da negação.

COMBATER E PREVENIR A VIOLÊNCIA SOBRE A CRIANÇA

Por tudo isto, o Instituto de Apoio à Criança vem defendendo a aprovação de um Plano Nacional para a Prevenção e o Combate à Violência sobre a Criança, à semelhança do que tem vindo a ser feito relativamente à Violência Doméstica.

A elaboração de Planos Nacionais tem sido saudada pela Unicef e tem revelado muitas vantagens na definição de estratégias que, neste caso, consubstanciariam a desejada Política Integrada para a Infância de que já nos falava João dos Santos.

Esse Plano Nacional permitiria uma discussão mais alargada entre as entidades públicas e as Organizações Não Governamentais sobre as medidas de prevenção e sobre as ações de formação, que constituem objetivos inscritos nas mais recentes Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho e nas Convenções do Conselho da Europa, como sucede com a Convenção de Lanzarote.

Na verdade, todos os documen-

tos produzidos desde 2001 visando a proteção das crianças vítimas de crime e o próprio direito convencional mais recente apelam ao envolvimento da sociedade civil em temas de direitos humanos. Esse envolvimento capacitaria os técnicos de forma qualitativamente superior, não apenas porque desta forma os múltiplos profissionais que trabalham nesta área contribuiriam com as suas experiências para a definição de uma estratégia comum, mas sobretudo porque a partilha é mobilizadora e simultaneamente responsabiliza.

Estou convicta que o Plano Nacional que preconizamos se revelaria, portanto, da maior atualidade, pois desenvolveria competências e dotaria os técnicos de um instrumento que os ajudaria a prevenir com mais eficácia e a proteger melhor as nossas crianças.

Neste Mês da Prevenção dos Maus Tratos Infantis, seria bom que esta se tornasse uma reivindicação de todas as Organizações de Direitos Humanos.

DULCE ROCHA



Instituto de Apoio à Criança
Pela Defesa dos Direitos da Criança

IX Conferência Crianças Desaparecidas

31 de maio de 2016

Auditório Novo - Assembleia da República



INTERVENIENTES

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República; Jorge Lacão, vice-presidente da Assembleia da República; António Costa, primeiro-ministro; Francisca Van Dunem, ministra da Justiça; Adalberto Campos Ferreira, ministro da Saúde; Constança Urbano Sousa, ministra da Administração Interna, Tiago Brandão Rodrigues, ministro da Educação; Ana Sofia Antunes, secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência; Joana Marques Vidal, Procuradora-Geral da República; José de Faria Costa, provedor de Justiça; Manuela Eanes, presidente do IAC; Rui Moura Ramos, professor da Universidade de Coimbra; Fernando Medina, presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Armando Leandro, presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens; Lucília Gago, diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal; Ascensão Isabel, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Dulce Rocha, vice-presidente do IAC; Ana Rita Gil, assessora do Tribunal Constitucional; Zita Penedo, do Observatório do Tráfico de Seres humanos; Vítor Matos, inspetor-chefe da PJ;

PRÉMIO DE MÉRITO

No âmbito do mestrado em Política Social, a coordenadora do Projecto Rua, Matilde Sirgado, foi convidada a apresentar a sua candidatura ao Prémio de Mérito da Fundação D. Pedro IV, com a sua dissertação intitulada "Crianças em Situação de Rua: o caso do IAC-Projecto Rua Em Família para Crescer".

A atribuição deste Prémio, que resulta de um Protocolo de Cooperação no âmbito da investigação científica e formação entre a Fundação D. Pedro IV e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, destina-se a galardoar os trabalhos de investigação desenvolvidos nas áreas temáticas da ação social da Fundação D. Pedro IV.

Matilde Sirgado foi uma das contempladas nesta edição de 2014 - 2015, tendo-lhe sido atribuído o Prémio

de Mérito da Fundação D. Pedro IV.

"O trabalho apresentado foi considerado de grande qualidade, com



elevado grau de profundidade científica e de problematização, enquadrando-se perfeitamente na lógica do Prémio".

Na sequência desta atribuição, foi convidada a estar presente na Gala dos Prémios de Mérito ISCS - Caixa Geral de Depósitos, que teve lugar no dia 23 de fevereiro de 2016 na Aula Magna Adriano Moreira do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e na qual lhe foi entregue formalmente o Prémio de Mérito.

Esta Gala foi uma iniciativa integrada no âmbito das comemorações 110 anos do Instituto, através da qual se pretende reconhecer a excelência do ensino e da investigação desenvolvida no ISCS-ULisboa.

Parabéns mestre Matilde e parabéns também ao Instituto de Apoio à Criança pelos 26 anos de intervenção junto de crianças em contexto de rua.

UM OLHAR SOBRE OS JOVENS EM FUGA

O IAC-Projecto Rua foi convidado pela Associação de Amigos da Criança e da Família de Chão dos Meninos a participar num encontro de trabalho sobre jovens em fuga, que decorreu em Évora, a 18 de fevereiro. Estiveram ainda neste encontro a Associação Crescer Ser e a Casa Pia Masculina de Beja.

Partilhar as experiências de cada associação presente nesta área, debater as fragilidades e potencialidades de cada abordagem e planear outros momentos de reflexão e debate foi o objetivo desta reunião de trabalho, que visou essencialmente a a temática dos jovens em fuga (casa ou instituição), preocupação comum a todas as entidades presentes pela inerência da sua intervenção.

Após a apresentação inicial de cada uma das instituições, foi clarificada a uniformização das suas formas de atuação e conceitos adota-

dos. Foi também apresentado o protocolo de intervenção das fugas, instrumento de trabalho utilizado pela Associação Chão dos Meninos, que pretende ser útil na gestão das fugas, quer preventivamente, quer diminuindo o impacto negativo das mesmas, na evolução dos jovens, potenciando o caráter terapêutico destes momentos.

Este protocolo está dividido em 3 partes: prevenir a fuga (identificação de risco de fuga, categorias e fatores de risco, indicadores de ponderação no período de acolhimento, sinais gerais e específicos e definição de estratégias preventivas); o momento da fuga (intervenção e procedimentos em momentos de fuga); o regresso da fuga (abordagem do regresso - acolhimento, procurar o significado da fuga, procurar alternativas e a articulação com as entidades para-judiciais e judiciais).

No seguimento deste encontro, fo-

ram apontadas dificuldades que poderão construir mecanismos facilitadores das fugas dos jovens, nomeadamente a utilização das redes sociais (facebook), sem supervisão e segurança, também as que estão associadas a comportamentos de delinquência (consumos, prostituição, grupos e redes) e ainda as que se relacionam com questões de saúde mental e requerem atenção psicossocial.

Foram partilhadas e sugeridas vantagens/boas práticas muito importantes para uma melhor atuação técnica e transversalidade de saberes, tendo em conta a complexidade da temática.

Ficou agendado novo encontro para 23 de junho em Évora, onde se dará continuidade à compreensão deste fenómeno multidimensional e à necessidade de estes assuntos chegarem de viva voz a todos aqueles que têm poder de decisão.

CONCEIÇÃO ALVES

MEDIAÇÃO ESCOLAR UMA RESPOSTA CRIATIVA

Desde 1998 que a Mediação Escolar implementou os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) de acordo com as necessidades sentidas na escola. Sendo esta para todos, acolheu também os problemas de todos, e daí surgiram diversos problemas de variadíssima génese no tecido escolar.

É o aluno que tem o sintoma, que se manifesta na escola, apesar de poder ser um problema externo, e que na maioria das vezes se centra no seio da família e é à comunidade que se vão buscar as soluções. Daí a necessidade de uma intervenção holística, dinamizando sempre as vertentes aluno/escola/família/comunidade, de forma dinâmica.

Ao longo da última década, a Mediação Escolar tem sofrido algumas adaptações na sua forma de intervir de acordo com aquilo que foram as alterações económicas e sociais.

Apesar de assistirmos a uma maior solicitação das escolas, passou o próprio IAC por uma reorganização financeira que impediu atuar segundo o modelo inicialmente desenhado. No entanto, mantemos nas es-

colas o GAAF com protocolos de cooperação (no ano letivo 2014/2015, em 18 Agrupamentos Escolares com as mesmas). Com os constrangimentos económicos vigentes, houve necessidade de alargar a intervenção a outras instituições onde as preocupações fossem semelhantes às da escola, onde a criança fosse o centro da preocupação.

Neste sentido, a resposta a pedidos provenientes das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, autarquias e IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) no geral, tem crescido bastante. As áreas de referência são: Bullying (para diversos públicos alvo como crianças/jovens, pais, comunidade educativa), Gestão de Conflitos, Indisciplina, Práticas Parentais Positivas, Educação para saúde e sexualidade.

Com a Mediação Escolar através dos GAAF foram desenvolvidas no ano de 2015 diversas ações de sensibilização, atividades cívicas, palestras, que abrangeram um total de 16775 alunos e 1980 adultos, o que parece bastante significativo, tendo do universo de 21048 alunos sido

alvo de intervenção direta do GAAF 1873.

O trabalho da Mediação Escolar na zona Centro do país é assegurado pela Equipa do Fórum Construir Juntos – IAC Coimbra, que no passado ano letivo prestou supervisão técnica a 10 GAAF.

Todos os anos é feita uma avaliação do impacto da intervenção do GAAF na comunidade escolar, bem como uma caracterização geral dos alunos sinalizados e respetiva problemática. De salientar dos dados (brevemente disponíveis para consulta) que existem mais alunos do género masculino referenciados, conforme tendência de anos anteriores. Um dado que se alterou em relação aos anos letivos passados foi o ciclo de incidência, que este ano se verifica ser o 1º ciclo com maior número de ocorrências que requereram a intervenção do GAAF.

Destacam-se nas problemáticas individuais dos alunos, a desmotivação, as dificuldades de aprendizagem, os problemas de comportamento em sala de aula e as ocorrências disciplinares e ausência afetiva e escolar. Mas a evolução das situações de forma positiva no final do ano letivo ultrapassam largamente os 50 por cento.

Concluimos assim que as situações apresentadas ao GAAF não sofrem alterações significativas ao longo dos anos, o que se verifica é um decréscimo do número de sinalizações, uma vez que o GAAF define-se na sua essência como um projeto de prevenção primária, tentando agir nas causas prevenindo-se os efeitos.



Sem pagar mais, encaminhe
0,5% do seu IRS a favor das crianças

9		CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPOSTADO			
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS		NIPC		IRS	IVA
Instituições Religiosas (art. 32.º n.º 4 da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input type="checkbox"/>				
Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública (art. 32.º n.º 6 da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input checked="" type="checkbox"/>	901	501377662	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- 15 de janeiro – Ação de sensibilização destinada a pais e encarregados de educação dos alunos do 4º ano, Escola EB 2, 3 de S. Sivestre, Coimbra, pela psicóloga Inês Branco.
- 21 de janeiro – Paula Duarte, a convite da EAPN, representou o IAC na sessão de abertura "Empregabilidade nas organizações da economia social – o papel das políticas ativas de emprego", que decorreu no auditório da CEARTE, em Coimbra.
- 18 de fevereiro – Pedro Rodrigues e Cristina Barros dinamizaram uma ação de sensibilização sobre os Direitos da Criança destinada a alunos do 2º ciclo, num total de 44 crianças, no Agrupamento de Escolas José Falcão, em Miranda do Corvo.
- 11 de março – Cristina Barros, a convite da Agência Piaget para o Desenvolvimento, proferiu uma comunicação sobre o trabalho desenvolvido pela Rede Construir Juntos, no Seminário "Dilemas no Acolhimento: Participar cá dentro e proteger lá fora", que decorreu no Porto.
- 24 de março – Cristina Basto e Pedro Rodrigues dinamizaram a ação de sensibilização/informação "A Importância da Comunicação nas Relações Interpessoais", destinada a assistentes operacionais, do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos.

IAC MEDIA

- 15/01– "Denunciei a minha filha", participação de Melanie Tavares no programa da SIC "Queridas Manhãs".
- 16/01– Participação de Melanie Tavares no Jornal das 8, na TVI, sobre a tragédia de Caxias: "A intenção não foi matar as filhas, foi levá-las com ela".
- 12/02 – Dulce Rocha, em declarações à *Visão Solidária* sobre "Saiba a quem pode doar 0,5% do seu IRS e faça a diferença".
- 17/02 – Dulce Rocha, em entrevista à Rádio Renascença sobre "Tragédia em Caxias mostra todo o sistema a falhar"; participação de Ana Sotto-Mayor no programa "360", na RTP 3, sobre o caso da mãe e das duas crianças em Caxias; participação de Ana Isabel Carichas, na TVI 24, "Discurso Direto", sobre filicídio.
- 18/02 – Declarações de Manuel Coutinho à TSF: "As crianças devem ser retiradas aos pais enquanto existe tensão emocional"; declarações de Manuel Coutinho à TVI24: "Divulgar palavras de crianças ditas em tribunal é grande maldade"; entrevista de Manuel Coutinho à TV Record sobre a tragédia em Caxias.
- 22/02 – Dulce Rocha participa no

programa "O Direito e o Avesso", sobre Alteração da Lei de Proteção de menores, na RTP 3.

- 23/02 – "Direitos das crianças em Portugal – O que ainda falta fazer?", declarações de Manuel Coutinho à RR.
- 25/02 – Participação de Matilde Sirgado, na TVI 24, "Discurso Direto" sobre protecção de menores, filicídio.
- 2/03 – Dulce Rocha, no programa "Política Mesmo", na TVI 24, sobre o homicídio do jovem em Portimão; participação de Melanie Tavares ao Jornal das 8, na TVI, sobre o homicídio do jovem em Portimão.
- 3/03 – Participação de Manuel Coutinho no programa "360", na RTP 3, sobre o homicídio do jovem em Portimão.
- 4/03 – Dulce Rocha no programa "Sexta às 10", na RTP 3, sobre o caso da entrega de uma criança ao pai (suspeito de abuso sexual).
- 6/03 – Declarações de Manuel Coutinho ao *Jornal de Notícias*: "Divórcios fazem disparar queixas de abusos sexuais".
- 7/03 – Manuela Eanes participou no programa da RTP 1 "Agora Nós", sobre o aniversário RTP/IAC.
- 10/03 – Declarações de Manuel Coutinho à revista *Sábado*: "É para o menino e para a menina?"

DONATIVOS EM 2015

- Banco BPI, SA • Banco Haitong • Câmara Municipal de Valença do Minho • Centro Ismaili, CLA • Catering Linhas Aéreas • COSEC- Comp. Seguro de Crédito • Despachante Rui Almeida, Lda. • Edições Sílabo, Lda. • Editora Teodolito • Educação Cristã • Ferpinta • Fundação AIP (através de entradas na DiverLândia) • Fundação do Secretariado Nacional • Fundação Montepio • Fundação Portugal Telecom • Futuro-Sociedade Gestora Fundo de Pensões, SA • Fundação Benfica • HIINTERACTIVE • Humana, Portugal, associação sem fins lucrativos • Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda. • Medijope-Material Hospitalar, Lda. • Millenium BCP • McDonalds • Montepio Gestão de activos - SGFI, SA • Nestlé Portugal, SA • Panriko-Prod. Alimentares, Lda. • Pingo Doce • Plátano Editora, SA • RFS & Associados-Soc. de Advogados, RL • Secretaria Geral da Presidência da República • World Crew Events-Unipessoal, Lda.

Agradecemos às empresas e a todos os particulares, nomeadamente com os Pontos TMN, a quem adquiriu a Agenda IAC e os postais de Natal e que assim contribuíram para tornar possível os nossos projetos.

